

Entre a prática e a teoria: a história literária como provocação à história social

Rafael da Cunha Duarte Francisco

[Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura PUC-Rio]

FRANCISCO, R. C. D. *Entre a prática e a teoria: a história literária como provocação à história social*. *Revista Anima*, Ano 4, nº 5, 2014, p. 94-103.

Resumo

Esse trabalho tem como preocupação principal desenvolver uma reflexão teórico-metodológica sobre o campo da história literária. Partindo de uma análise dos desafios epistemológicos lançados tanto pelo campo da historiografia como da teoria literária, procuramos não reduzir a literatura a mero apêndice da história, problematizando assim a visão de uma história social da literatura. Como buscamos demonstrar ao longo de todo o trabalho, a História Literária tal como formulada por nós, só torna-se possível na medida em que se apreende a íntima relação entre as múltiplas teorias e a prática historiadora. Assim, nosso trabalho busca apresentar não um modelo fechado em si mesmo, mas sim uma operação historiográfica na qual teoria e método só podem ser pensados conjuntamente.

Palavras-chave: História literária; mimesis; ficção.

Abstract

This work has as main concern to develop a theoretical and methodological reflection on the field of literary history. Based on an analysis of the epistemological challenges launched by both the field of historiography and literary theory, we seek not to reduce literature to a mere appendage of the History, thus questioning the vision of a social history of literature. As we attempt to demonstrate throughout this work, Literary History as formulated by us is only possible to the extent that grasps the close relationship between the multiple theories and the historiographical practice. Thus, our work aims to present not a closed model, but a historiographical operation in which theory and method can only be thought of together.

Keywords: Literary History; mimesis; fiction.

As relações entre literatura e história ao longo do século XX foram quase sempre problemáticas, em grande parte devido à alta hierarquização oriunda da divisão dos campos específicos do conhecimento que interpretaram o *linguistic turn* menos como um desafio epistemológico, do que como uma ameaça ao estatuto científico da História. No mesmo período, no âmbito da teoria da literatura, os conflitos interpretativos levados a cabo pelas diversas hermenêuticas despertavam a consciência das limitações inerentes aos critérios de valor da obra e intenção do autor (ISER, 1999, p. 22-25).

A partir dessas dúvidas e incertezas acerca dos estudos literários, o campo da história literária começa a perder o prestígio e força experimentados ao longo da primeira metade do século XX. Essas novas formulações que questionavam a autoridade dessas interpretações canônicas das obras clássicas da literatura moderna colocavam agora uma nova questão diante dos historiadores: como seria possível produzir uma História que, tendo por aporia básica a pretensão de narrar a verdade, partiria de uma ou mais fontes literárias que não poderiam atender a esse critério mínimo, uma vez que seus discursos seriam atravessados não pela aporia da verdade, mas sim pela ideia do “como se”?¹

Diante desse cenário, começam a surgir severas críticas às abordagens sociologizantes da literatura, que reduzem uma determinada obra ao contexto social no qual ela havia sido produzida, não considerando os aspectos estéticos da obra literária como parte fundamental das reflexões sobre os mais diversos e variados objetos ficcionais, tratando-os como uma parte que pouco importava à análise do processo de produção. Em suma, era como se a cientificidade do método – no caso dos historiadores - fosse capaz de atravessar a obra e apreender aquilo que importava, ou seja, explicar como uma determinada narrativa reflete certo contexto histórico.²

Dessa forma, esse artigo buscará refletir sobre o campo da história literária, fugindo das abordagens sociologizantes da literatura que reduzem uma determinada obra ao contexto social no qual ela foi produzida, não considerando os aspectos estéticos da obra literária

¹ Para uma maior discussão sobre a distinção, as relações e os limites entre literatura e história, Cf. (LIMA, 2006).

² Para um exemplo mais detalhado de uma abordagem que privilegia um método sociologizante, Cf. (PEREIRA e CHALHOUB [orgs.], 1998). Especialmente a introdução na qual os autores discorrem sobre como seria possível “despir” a literatura de seu elemento estético.

como parte fundamental das reflexões sobre os mais diversos e variados objetos ficcionais, tratando-os como um elemento que pouco importava à análise do processo de produção.³

Na contramão dessa perspectiva interpretativa, não acreditamos ser possível excluir os elementos estéticos que compõe e definem um romance. O método historiográfico proposto em nosso trabalho aponta para um caminho totalmente distinto no qual o historiador busca pensar tais aspectos para desenvolver e formular novas perguntas ao seu objeto de pesquisa e não “utilizar” a literatura apenas para confirmar hipóteses levantadas por outros campos da historiografia.

Nos termos de uma teoria da história literária, esse movimento de transformação da literatura em mero apêndice da História Social, ou de uma Sociologia Histórica, não acrescenta quase nada ao próprio discurso histórico, isso porque a ideia de que determinada obra possa ser explicada *apenas* a partir de seu próprio contexto de produção implica na afirmação de que toda a investigação produzida através desse paradigma parte de um *a priori* comum, ou seja, as respostas da pergunta que o historiador faz ao seu objeto – nesse caso, literário – já estão dadas antes mesmo da conclusão da pesquisa. Basta ser capaz de localizar a obra em um determinado tempo e espaço para que, dessa forma, as respostas sejam “reveladas” ao cientista social. Sob essa ótica, uma História Social da Literatura, além de nos parecer teleológica, revela-se dispensável, uma vez que diante dessas abordagens a literatura é pouco mais do que um reflexo de seu próprio tempo, despido de seus elementos estéticos, capaz apenas de reafirmar as hipóteses que alguns campos da historiografia já haviam formulado anteriormente.⁴

³ Cf. Idem.

⁴ Embora de uma gigantesca erudição, a teoria do inconsciente político, tal como elaborada por Fredric Jameson é um grande exemplo de redução da formulação de um objeto histórico – a consolidação do indivíduo burguês a partir de algumas obras literárias – aos seus *a priori*s. Ao tratar a História não como um campo de produção do conhecimento, mas sim como aquele singular coletivo (Weltgeschichte) fica implícito em seu argumento a noção de que os eventos que serão reestruturados pelo analista durante o processo de “reescritura do texto” já estão dados no mundo social. A História, dessa forma, perde todo o valor heurístico uma vez que os eventos poderiam ser facilmente antecipados pelo analista, caso ele fosse capaz de perceber quais as contradições fundamentais que motivaram a produção de determinado texto e, por conseguinte, vislumbrar a totalidade de um processo histórico, como por exemplo, a representação do desenvolvimento do indivíduo burguês moderno nos romances de Balzac, Gissing e Conrad. Cf. (JAMESON, 1992). Para além disso, ver também (LACAPRA, 1980). Especialmente o sexto capítulo no qual o autor dedica sua análise ao conceito de inconsciente político e elabora suas críticas ao caráter teleológico da abordagem de Jameson.

Dessa forma, ao nos afastarmos e mostrarmos os limites de tais abordagens, estamos procurando nos distanciar da ideia de que a construção ficcional seja mera reprodução de uma realidade já dada no plano da natureza. É constitutiva para a nossa noção de uma História Literária a distinção entre a ficção entendida a partir da ideia grega de *mimesis* (interpretada aqui como uma reescritura da realidade) e não pelo equivalente latino, ou seja, a *imitatio* (interpretada como uma reprodução da realidade).⁵

A distinção entre essas duas ideias baseia-se nas formulações do filólogo Erich Auerbach. A tese central de sua obra – a de que há, na literatura ocidental, um movimento de representação da realidade – não implica necessariamente na afirmação da literatura como mera tentativa de cópia dessa realidade, mas sim na sua representação, a partir das suas próprias estratégias de incorporação de parcelas do real (AUERBACH, 2011).

Entretanto, afirmar os limites da reflexologia entre texto e realidade não significa excluir a importância do contexto no qual a obra foi produzida, considerando o texto como um artefato que transcende o seu próprio tempo. Qualquer História, mesmo a literária, só é possível a partir do momento em que buscamos pensar, em algum sentido, a própria historicidade do objeto pesquisado, ou seja, não há uma História que não esteja inserida de alguma maneira em uma temporalidade.

A partir dessa perspectiva acreditamos que a literatura abre um caminho para o estudo das sociedades nas quais os textos ficcionais foram produzidos, contudo, sem implicar na mera contextualização de romances, poesias e contos. A partir da ideia de *representação* do real, tal como desenvolvida em Auerbach, a História Social pode ampliar consideravelmente o espectro de suas possibilidades. Reconhecemos, porém, os problemas oriundos desse conceito na obra do filólogo alemão, especialmente quando confrontada pelos romances do século XX. Seu modelo fechado, traduzindo a ideia de *mimesis* como *representação*, não é capaz de dar conta da crescente subjetivação da literatura levada a cabo durante o último século. Por isso, ao nos afastarmos tanto das concepções mais sociologizantes dos estudos literários como também das abordagens mais imanentistas, concentramos nossas reflexões sobre o objeto literário a partir da teoria da *mimesis*, pouco discutida pelos historiadores

⁵ A respeito desses dois conceitos em Auerbach, ver: (LIMA, 2009: p.127). Nas palavras do autor: “Es decir, la *mimesis* en Auerbach conserva su sentido tradicional de *imitatio*.”

até esse momento, que nos oferece um meio pelo qual contexto e texto possam se relacionar sem que nenhum dos dois precise ignorar suas especificidades enquanto discursos distintos. Nas palavras de Costa Lima:

A mimesis supõe a seleção de aspectos da realidade, que desorganiza a representação do mundo, seja porque não é a sua repetição, seja porque não obedece a seus campos de referência. Seu mecanismo constitutivo é, portanto, semelhante ao da ficção. Sua diferença está em que a mimesis se cumpre em face de um certo outro, i.e, uma certa sociedade, ao passo que a descrição do mecanismo da ficção não necessita chamar atenção para a sociedade, de que tematiza apenas determinadas parcelas, dando-lhe outra configuração. A mimesis fixa a ancoragem do ato ficcional no interior de um quadro de usos e valores e, portanto, de referências vigentes em uma certa sociedade (LIMA, 2006, p. 291).

No entanto, como podem ser mobilizadas duas ideias de mimesis que divergem entre si? Se a teoria Auerbachiana sobre os múltiplos realismos europeus entende que a mimesis está intimamente ligada à ideia de representação, como esta pode conciliar-se com uma visão que admite apenas que algumas parcelas do real são incorporadas pela ficção? Como podem duas visões antagônicas sobre a mimesis coexistirem no âmbito de uma teoria da história literária?

A resposta para esse impasse talvez possa ser encontrada nas formulações de Hans Blumenberg sobre como o que hoje se entende por mimesis já não pode ser mais a mesma coisa que Aristóteles havia formulado em sua poética, isso porque na Antiguidade arte e natureza eram ideias estruturalmente equivalentes, ao passo que ao longo da época moderna a distinção entre construção e natureza é fundamental para a atividade de criação, incluindo aqui obviamente a criação ficcional (BLUMENBERG, 2010).

Contudo, mais importante do que definir se ainda estamos seguindo os passos do filósofo grego quando repropomos a questão da mimesis, é perceber que esse conceito está em constante mutação, como demonstra o trabalho de Blumenberg. Essa compreensão da capacidade de mutação do conceito é o que nos permitirá considerar as duas leituras, de um lado a questão da representação da realidade e do outro a ideia de que o texto também é capaz de influenciar a realidade. De acordo com Costa Lima, “Auerbach concebe a mimesis como uma rua de mão única, que só tivesse por direção o fluxo que viesse da realidade para o texto” (LIMA, 1995, p. 233-234).

Todavia, menos do que reconhecer em qual direção opera essa rua, o importante no âmbito da história literária talvez seja simplesmente reconhecer sua existência, permitindo que se repense quais sentidos devemos seguir para formular nossos problemas. Esse trabalho busca conciliar duas concepções distintas de *mimesis* por crer que ambas complementam-se, ou seja, de que uma história literária só pode ser repensada nos termos epistemológicos atuais se considerarmos tanto a questão da representação, como fez Auerbach, como a questão da criação, como tem feito Costa Lima.⁶

Nesse sentido, uma História Literária pensada a partir da noção de *mimesis* não poderá consistir em um único modelo metodológico fechado, pelo contrário, o historiador deverá ser capaz de lidar com o fato de que os mecanismos constitutivos da ficção não são comuns a todas as obras, ou seja, cada romance, poesia e conto traz consigo um conjunto de referências muito específicas que por vezes possuem funções diversas dentro de determinada narrativa e, por essa razão, cada historiador deverá interpretar essas “parcelas do real” de maneira distinta, de acordo com o seu objeto de pesquisa, ou dito de outra forma, da obra analisada.

É fundamental para essa perspectiva de uma História Literária, portanto, posicionar-se no limite da *mimesis*, ou seja, reescrevendo o texto literário a partir das questões de seu próprio tempo, sejam elas políticas, sociais ou culturais. No entanto, reconhecemos que o produto dessa operação será, na melhor das hipóteses, apenas uma *interpretação* sobre o passado. Contudo, cabe a pergunta: há alguma História escrita pelos homens que não seja mais do que uma mera interpretação do passado?

Com isso deixamos claro que tanto a teoria como a prática não são campos desconexos do conhecimento histórico, pelo contrário, defendemos aqui a hipótese de que só é possível pensar uma teoria da história literária na medida em que se tem em vista sua íntima relação com o próprio processo de produção do conhecimento. Como tentamos demonstrar até aqui, a História Literária, dentro do âmbito de nossas reflexões, situa-se entre a ancoragem do ato ficcional em usos e valores reais e a ideia de representação, não tanto como uma mera cópia de uma realidade previamente dada, mas sim como a recriação de um dado contexto pela obra literária que, embora tenha como seu ponto de partida um referencial ex-

⁶ A esse respeito ver seus dois últimos trabalhos: (LIMA, 2006) e (LIMA, 2012).

terno ao texto, não tem como objetivo representá-lo em sua totalidade. Nesse ponto talvez seja mais proveitoso oferecer um exemplo prático de como esse movimento pode ser operado.

O leitor menos atento de “Admirável Mundo Novo” poderá ver-se tentado a associar todo o trabalho intelectual de Aldous Huxley a uma profunda crítica ao progresso científico. Essa tendência, comumente difundida nos inúmeros prefácios que precedem as suas obras e de outros tantos escritores que de maneira direta ou indireta fazem parte do gênero da escrita literária distópica⁷, pareceu-nos, se não totalmente equivocada, facilmente contestável sob o ponto de vista investigativo. Se de um ponto de vista epistemológico essa abordagem parece reducionista, na prática – a partir da análise dos principais ensaios de Huxley – essa reflexologia entre escrita literária e ensaística cai por terra.⁸ Mas por quê?

Em grande parte, essa interpretação da obra de Huxley como uma crítica da ciência é fruto do movimento de contextualização das obras de que falamos anteriormente, ou seja, bastava associar o futuro tenebroso à sociedade técnica de “Admirável Mundo Novo” para que se encontre o resultado óbvio: um magnífico retrato crítico do mundo ocidental na década de 1930. Contudo, se optarmos por ir além dos limites impostos por uma tradição historiográfica que entende a década de 1930 como um período de trauma e descrença do racionalismo - e principalmente não limitarmos nossas hipóteses de trabalho a essa ideia (!) - devido à grande destruição oriunda da Primeira Guerra Mundial, talvez possamos perceber que, para Huxley, o problema seja outro:

Há mais de 50 anos, Tólstoi disse que, numa sociedade mal organizada como a nossa, onde pequenas minorias governam a maioria, qualquer avanço

⁷ Para uma discussão mais detida sobre as especificidades desse gênero literário em contraposição a utopia, ver: (EHRE, 1991: p.601-611) e também (CARDOSO, 2006). Embora o autor trate mais detidamente do discurso fílmico, suas discussões sobre as categorias de ficção científica, utopia e distopia são bem proveitosas para o debate. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000500002&lng=pt&nrm=iso

⁸ Sem nos alongarmos muito, podemos citar um ensaio de Huxley no qual o autor pensa em “como persuadir as pessoas a não explorarem o solo, quando precisam de desesperadamente de comida e quando essa necessidade cresce ano a ano? Não é apenas uma questão de organização e capital; é uma questão de fazer as pessoas aceitarem certas ideias. O problema é que parece excessivamente difícil atingir os incontáveis milhões de pessoas que precisam ser doutrinadas e fazer com que ajam segundo o que sabemos ser cientificamente o melhor método de fazer as coisas, sem considerável controle e coerção totalitárias.” (grifo nosso) (HUXLEY, 1992: p.39). Essa passagem, dentre tantas outras igualmente eloquentes nesse sentido, talvez seja capaz de corroborar nosso argumento sobre a falência da reflexologia contida nas interpretações sobre o romance do escritor britânico.

científico e conquista da natureza fortalece a ação da minoria contra a maioria. *Depende de nós decidir* se essas conquistas da natureza devem ser usadas para fins terríveis e desumanos, ou se devem ser para o *tipo de progresso que sonhamos* (Grifo nosso) (HUXLEY, 1992: p.113).

Portanto, mais do que uma crítica ao progresso científico, o pensamento de Huxley volta-se mais à questão da relação dos indivíduos com essa ciência, ou seja, caberia aos homens tomar as rédeas da mudança em suas mãos e levá-la a cabo da melhor maneira possível. Não se trata de uma crítica à ciência, pelo contrário, o escritor britânico é um entusiasta do progresso e das inovações tecnológicas, contudo torna-se difícil apreender isso enquanto tentamos, teleologicamente (!), ligar todo o pensamento de Huxley a um determinado contexto de crítica à ciência comum na década de 1930.

Por isso, acreditamos ser possível afirmar com alguma segurança que a importância do papel do indivíduo é a “parcela do real” – de referencialidade externa ao texto - que podia ser extraída do “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley. Essa é uma preocupação que está diluída ao longo de todo o romance, ou seja, dentro de uma “representação” maior que busca recriar uma sociedade distópica, situada em outro tempo e pautada por outros valores e práticas sociais. Se esses novos valores representam uma crítica ao seu próprio tempo, à Inglaterra na qual o autor vive, pouco importa. Dessa proposta só poderiam derivar hipóteses e respostas teleológicas, que já saberiam seu resultado antes mesmo da realização da pesquisa. O importante é ter em mente como a apreensão dessas “parcelas do real” são capazes de trazer novas questões dentro do campo da História Social e, para além disso, repensar assuntos que são tratados por alguns campos da historiografia como resolvidos, oferecendo novas perspectivas sobre os temas e ampliando o espectro do debate.

Portanto, para a História Literária desenvolvida nesses termos, o que interessa é pensar como esse processo de recriação, de “representação da coisa sem tornar-se a coisa em si” pode trazer novas questões para o debate histórico, questões que não estavam postas anteriormente. A construção de novos objetos históricos a partir da ficção, como procuramos demonstrar a partir do exemplo apresentado anteriormente, oferece ao Historiador mais uma forma pela qual ele pode questionar o passado, constituindo-se como um meio muito específico de produzir perguntas, hipóteses e respostas sobre essa sociedade representada parcialmente pela literatura e não apenas reforçando hipóteses previamente dadas

pela Historiografia, ou seja, pelo contexto. As “parcelas do real” das quais os textos ficcionais tratam serão aquilo que orientará a análise de cada historiador.

Nosso objetivo nessa pequena introdução sobre a teoria da história literária foi tentar apresentar ao leitor algumas possibilidades para o campo, portanto, a concepção aqui desenvolvida não pretende ser um manual e tampouco, como já afirmamos anteriormente, acreditamos ser possível que se opere sob essa dinâmica fechada e restrita dos macro modelos. Tudo o que foi desenvolvido até aqui é produto de uma operação singular na qual *teoria* e *prática* estão intimamente imbricadas.

O leitor não deve cair na tentação de achar que teoria e prática são campos desconexos do conhecimento histórico. Como procuramos demonstrar ao longo de todo o trabalho, a História Literária formulada nesses termos só é possível na medida em que se apreende a íntima relação entre as múltiplas teorias e a prática historiadora, ou seja, entre a “reescrita” de certo texto ficcional e as respectivas reflexões sobre como se fazê-la. No limite, pensar a História Literária só é possível através da prática desse exercício.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. Poética: tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Tradução: Eudoro de Sousa. 5 ed. [S.l.]: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.

AUERBACH, E. Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo, Perspectiva, 2011.

BLUMEMBERG, H. "Imitação da natureza" contribuição à pré-história da ideia de homem criador. In: LIMA, Luiz Costa. (org.) Mimesis e a reflexão contemporânea. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2010. p. 87-136.

CARDOSO, C. F. Ficção científica, percepção e ontologia: e se o mundo não passasse de algo simulado? Hist. cienc. saude-Manguinhos v.13 supl.0 Rio de Janeiro out. 2006.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. (orgs.) A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (Coleção Histórias do Brasil).

EHRE, M. Olesha's Zavist: Utopia and Dystopia. Slavic Review, Vol. 50, No. 3 (1991), pp. 601-611.

GUMBRECHT, H. U. "Shall We Continue to Write Histories of Literature?" New Literary History 39.3 (2008): 519-532

HUXLEY, A. L. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo, Globo, 1979.

_____. *A Ilha*. São Paulo, Globo, 2001.

_____. *O futuro do mundo*. In: A Situação Humana. Ed, São Paulo, Globo, 1992.

ISER, W. O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária, Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

_____. *Teoria da recepção: reação a uma circunstância histórica*. In: ROCHA, J. C. C. (org). Teoria da Ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser. In: Rio de Janeiro. EdUERJ, 1999. p 19-34.

JAMESON, F. O inconsciente político. Ática, São Paulo, 1992.

JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Ed. Puc-Rio: Contraponto, Rio de Janeiro, 2006.

LACAPRA, D. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts, History and Theory*. 19, 3, 1980.

LIMA. L. C. *A trilogia do controle: O controle do imaginário, sociedade e discurso ficcional e O fingidor e o censor*. 3 Ed. revista. Rio de Janeiro, topbooks: 2007.

_____. *Entre realismo y figuración: el realismo descentrado de Auerbach*. Revista Histoya y grafia, n. 32, 2009. Pp. 109-129.

_____. *ficção e o poema — Antonio Machado, W. H. Auden, P. Celan, Sebastião Uchoa Leite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

_____. *História, ficção literatura*. Sao Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

_____. *Vida e mimesis*. São Paulo, Editora 34, 1995.